

# Dívida: o mundo fala do Brasil.

A imprensa européia e americana admite que o acordo com o Clube de Paris foi uma vitória. Mas prevê dificuldades.

O Brasil foi o primeiro e deverá ser o último país em desenvolvimento a obter um reescalonamento de sua dívida junto ao Clube de Paris sem passar pelo Fundo Monetário Internacional, isto é, dispensando a assinatura de um acordo clássico com essa instituição sob forma de um crédito **Stand-By**.

Dessa forma, um alto funcionário do Clube de Paris pretendeu justificar para alguns espantados analistas europeus a excepcionalidade da decisão dos 18 credores brasileiros, após difíceis e prolongadas negociações ocorridas nos últimos dias nas salas do Hotel Majestic, o principal centro de conferências da capital francesa. Esse precedente só foi possível, além da tenacidade com que as autoridades brasileiras manifestaram sua hostilidade às terapêuticas do FMI, devido ao fato de nenhum outro país conjugar a mais alta dívida do Terceiro Mundo a recursos, estruturas industriais e potencial econômico em níveis acima dos normais nos países em desenvolvimento.

Só essa situação diversa de outros países endividados permitiu a obtenção desse resultado, revelou o representante do Clube de Paris, mesmo admitindo a existência atual de sérias preocupações em relação ao Brasil, junto aos meios financeiros internacionais, em razão das mais recentes derrapagens de sua economia.

Os maus resultados dos últimos dois meses influenciaram os credores, que só admitiram o reescalonamento das parcelas com vencimentos previstos para o primeiro semestre de 1987, e não do total do ano como reivindicava o governo de Brasília. Essa explicação oficial foi dada rapidamente pelo Clube de Paris para não estimular outros países tentados a seguir o exemplo do Brasil. Ontem, o jornal **Le Monde** lembrava que a brecha mal chegou a ser aberta e o Clube de Paris rapidamente já procurava vedá-la para evitar que outros pudessem se aproveitar dessa abertura, utilizando-a como exemplo.

## Portas não estão abertas

Por outro lado, o representante de um importante banco francês envolvido com a dívida brasileira reconhecia que essa **première** não deixa de ser altamente positiva tendo em vista as futuras negociações com os bancos, mas chamava atenção para que isso não fosse interpretado como a condição principal que determinaria a abertura das negociações com os bancos comerciais, citando os graves problemas atuais do Plano Cruzado que poderão dificultar uma negociação mais tranqüila.

A seu ver, será praticamente impossível ao Brasil obter em 1987 o mesmo saldo comercial dos dois anos anteriores, além da constante baixa do nível das reservas cambiais brasileiras. Diante da disparidade de números publicados, ninguém sabe ao certo a que nível elas se encontram, mas ninguém duvida que se trata de um nível muito baixo. Para a mesma fonte, uma outra decisão inesperada, mas essa positiva, foi a relativa ao reescalonamento dos vencimentos previstos para os primeiros seis meses de 1987, US\$ 500 milhões — o que não se discutiu na rodada de negociações do mês de dezembro em Paris —, tendo acrescentado: “Não se pode dizer que as portas estejam abertas para uma negociação tranqüila com os bancos, e isso em razão da evolução pouco favorável dos últimos meses, mas o resultado obtido em Paris é positivo”.

Assim sendo, toda eventual manifestação de triunfalismo por parte das autoridades brasileiras deve ser encarada com reticências, mas não há dúvida que o acordo obtido em Paris constituiu um avanço importante no encaminhamento do problema da dívida, não só pelo caráter excepcional da medida, mas também por seus possíveis desdobramentos, abrindo o caminho para novos créditos de exportação, indispensáveis à economia brasileira, e facilitando em parte as negociações com os bancos privados que deverão ser ini-

ciadas em fevereiro nos Estados Unidos.

O próprio destaque com que certos jornais europeus abordam a decisão do Clube de Paris já é um indicador do caráter de exceção da decisão e de certa boa vontade com que o caso brasileiro está sendo considerado pelos credores. Para o vespertino **Le Monde**, trata-se de “uma derrogação excepcional às práticas do Clube de Paris”. Para o articulista, o acordo referendado na quarta-feira constitui, apesar de tudo, “um voto de confiança” na capacidade do País retomar o controle de sua economia. Para esse jornal, os credores comerciais do Brasil hesitam entre a perplexidade e a preocupação, pois “nenhum banqueiro ignora a aprovação apenas discreta do FMI à segunda fase do Plano Cruzado de ajustamento da economia, determinante para a decisão desta semana do Clube de Paris”.

## Insensato e chocante

Ainda ontem, um banqueiro francês criticava o sinal positivo do FMI como algo insensato e até chocante, lembrando que os indicadores econômicos negativos dos últimos meses no Brasil suscitam, na verdade, “sérias dúvidas sobre o futuro imediato da economia desse país”. **Le Monde**, em editorial de primeira página, afirma que essa é uma data histórica para os superendividados, mesmo se os credores insistam em dizer que não se trata de um precedente.

Os 18 credores do Brasil procuram defender-se da afirmação de que teriam cedido a imposições do Brasil, lembrando que apenas os atrasados da dívida referente a 1985-1986, parte que não estava sendo paga, foi reescalonada, além de seis meses dos vencimentos previstos para o primeiro semestre de 1987. A partir de julho de 1987, o Brasil terá que honrar seus compromissos no que diz respeito a sua dívida garantida por governos. De um lado, esse prazo, segundo o editorial do **Monde**, está provocando um nítido ceticismo junto a certos setores financeiros que identificam a retomada do surto inflacionário, um clima de mal-estar social que limita a margem de manobra do presidente Sarney, além de dissensões crescentes junto à equipe econômica governamental.

Por outro lado, a decisão do Clube constitui um êxito para o presidente Sarney que poderá ter repercussões importantes para a obtenção de um difícil pacto social. De qualquer forma, o Brasil, tido como o peso-pesado da América Latina, surge como um caso suficientemente excepcional para merecer um tratamento muito particular por parte dos credores internacionais. A conclusão de tudo isso é que quando se trata de um país hiperendividado é preciso e vale mais ser potente para poder ser ouvido pelos credores. Ontem, havia expectativa em relação ao comportamento do Clube de Paris, que estudava o caso do reescalonamento da dívida de um bilhão de dólares das Filipinas no Hotel Majestic.

Também o **Herald Tribune**, principal jornal de língua inglesa editado na França, abriu seu noticiário de primeira página anunciando o reescalonamento da dívida brasileira e chamando atenção para a quebra de uma regra básica do Clube que exigia um acordo prévio com o Fundo Monetário. Por sua vez, o matutino **Liberation**, em nota mais discreta de página interna, realça o fato de o Brasil renegociar sua dívida diretamente com seus credores. Para o jornal, essa é a primeira vez que o Clube de Paris, representando os credores públicos dos países em vias de desenvolvimento, aceita reescalonar a dívida de um país do Terceiro Mundo, sem que antes tenha assinado “um acordo de boa conduta” com o FMI. Mesmo que os negociadores brasileiros não tenham obtido o que esperavam, conseguiram convencer os credores de sua boa vontade. Mesmo limitado, esse acordo, para o jornal, deverá abrir caminho para uma renegociação muito mais ampla da dívida brasileira com os bancos comerciais.

**Realí Júnior, de Paris**

## Inglêses: nada de precedentes.

O acordo firmado entre o Brasil e seus credores, no Clube de Paris, foi manchete de primeira página no jornal **Financial Times**, da Inglaterra, o que dá uma idéia do nível de interesse que a crise econômica brasileira vem despertando entre o pessoal da city de Londres. Mas os banqueiros britânicos, ou seus porta-vozes, continuam cautelosos em seus comentários sobre os efeitos desse acordo nas futuras negociações do governo de Brasília com os bancos internacionais.

Allan McDonald, porta-voz do Midland Bank, considera o acordo importante e de grande ajuda, porque reduzirá o volume de dinheiro que o governo brasileiro precisará emprestar dos bancos comerciais. Mas não acha que o que aconteceu em Paris deve ser visto como um precedente no que diz respeito ao relacionamento entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional.

“Se o governo brasileiro estiver interessado em um acordo para o reescalonamento pluri anual de sua dívida com os bancos internacionais (e certamente é isto que ele deseja devido às muitas vantagens desse tipo de acordo), precisará de um arranjo com o Fundo Monetário Internacional para supervisioná-lo ou inspecioná-lo”, disse McDonald. E acrescentou:

“Não estou dizendo que o Brasil terá que assinar um acordo com o FMI. E apenas um arranjo, uma maneira de satisfazer os bancos credores. Politicamente falando, esse arranjo não quer dizer que o

Brasil estaria se submetendo aos ditames do Fundo. É apenas um procedimento, um meio de monitorar o desenvolvimento econômico do País na ausência de um acordo completo”.

Sobre a crise surgida no Plano Cruzado, disse o porta-voz do Midland Bank (que é um dos credores do Brasil):

“Nós não consideramos o **Plano Cruzado** 100% sucesso no começo, e, desse modo, não achamos que hoje seja 100% fracasso”.

Comentários semelhantes sobre o acordo no Clube de Paris e a respeito da situação econômica brasileira foram feitos por funcionários do Lloyds, do Westminster e do Barclay's Bank, que preferem não ser citados. Todos eles concordam que o acordo representa “um passo importante”, que vai influir “de uma ou outra maneira nas negociações do Brasil com os bancos comerciais”, mas “tudo vai depender do que o governo brasileiro incluir na sua proposta”.

Com relação ao Fundo Monetário Internacional, disse o porta-voz de um dos bancos: “É interessante a situação. Nas últimas quatro ou cinco semanas, a imprensa brasileira vem discutindo se o Brasil necessita de um programa do FMI. Eu diria que o Brasil precisa de mais dinheiro e, então, necessitará de um programa do Fundo, porque, certamente, vai ter que usar o seu direito de saque no FMI”.

**José Carlos Santana, de Londres**



Olavo Setúbal gostou do acordo